



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17835 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

SABERES EXPERIENCIAIS DOCENTES COMO AÇÃO CURRICULAR: UMA REFLEXÃO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO

Vanessa de Jesus Rodrigues - UFBA - Universidade Federal da Bahia

SABERES EXPERIENCIAIS DOCENTES COMO AÇÃO CURRICULAR: UMA REFLEXÃO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO

1 INTRODUÇÃO

Diante da tensão que vem sendo provocada no âmbito da formação de professoras/es, por meio de políticas educacionais que se voltam às demandas do mercado, em detrimento de uma formação emancipadora e democrática, situa-se a discussão apresentada, neste texto, em que se considera a necessidade do reconhecimento dos saberes experienciais docentes, na construção de currículos, como é o caso do Referencial Curricular Franciscano.

O citado Referencial, construído como “Política Curricular Formacional”, contrapõe-se a perspectiva de uma Base Nacional Comum para formação das/os professoras/es em atuação profissional, conforme proposto pela Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), assumindo uma perspectiva de padronização e homogeneização curricular.

Nessa perspectiva, o presente trabalho visa refletir, criticamente, acerca da relevância da visibilização dos saberes de docentes que estão em atuação, apresentando o contexto do município de São Francisco do Conde-Bahia, que experienciou um movimento de construção coletiva do Referencial Curricular Franciscano. O documento, compreendido como produto inacabado porque se

atualiza na reflexão-ação docente, contou com o diálogo dos “atores sociais” (Macedo, 2013), sujeitos que criam cenas curriculares.

Aborda-se, igualmente, nesse texto sobre a formação de professoras/es que estão em atuação profissional, problematizando as recentes Resoluções que orientam a pretendida formação em sua articulação com políticas curriculares. Considera-se, portanto, que entre a legislação e as políticas educacionais curriculares há muito que se discutir em termos de uma perspectiva de padronização que vem sendo encaminhada na dimensão de uma imposição curricular, a exemplo da aposta em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP nº 01/2020.

Dessa forma, o presente trabalho se constrói diante da problemática: qual a importância da valorização de saberes/experiências docentes na construção de proposições curriculares formacionais? Considera-se, portanto o pressuposto de que estimular a participação de docentes na construção de currículos que se pretendem formativos é fundamental para o desenvolvimento de uma política educacional mais democrática, que viabilize o trabalho de professoras/es que estão cotidianamente no chão da escola, atuando de forma significativa na formação dos educandos e de si próprios. Portanto, de acordo com esta problemática, foi elaborado o seguinte objetivo: “Refletir sobre a importância da valorização das experiências docentes na construção dos currículos de/para formação”.

Em sua metodologia, o trabalho possui uma abordagem qualitativa, sendo desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Assim, a investigação foi desenvolvida por meio dos estudos de artigos, livros e textos voltados à formação de professoras/es, seus saberes experienciais e às políticas educacionais referentes a este contexto, no Brasil. Além disso, foi realizada uma análise crítica da BNC-formação continuada (Resolução CNE/CP nº 01/2020) e do Referencial Curricular Franciscano, buscando a relevância de uma proposição de formação docente democrática.

O texto está dividido em cinco seções: na seção 1, aborda-se a introdução no qual é apresentado o tema do trabalho, seu objetivo e sua problemática; já na seção 2 destaca-se o tensionamento que vem sendo constituído diante das políticas educacionais atuais no Brasil, em relação à formação de professoras/es; na seção 3, discute-se acerca da relevância da visibilização dos saberes experienciais docentes no processo de formação continuada e conseqüentemente na construção dos currículos educacionais; na seção 4, apresenta-se o Referencial Curricular Franciscano como documento importante no contexto das políticas contra-hegemônicas; e para finalizar, na seção 5 há as considerações finais em que se faz presente as conclusões na perspectiva da questão que serviu de base à construção do trabalho.

2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS À SERVIÇO DO CAPITAL

Com um mundo globalizado através de um sistema capitalista que vem agindo fortemente nas esferas sociais, podemos afirmar que a educação no país vem sofrendo impactos significativos quanto a organização dos currículos e formação de professores e professoras. Infelizmente por conta deste contexto, a essência de uma formação mais democrática e de qualidade, vem sendo substituída por formações aligeiradas, com foco na produtividade, visando encaixar o processo formativo em padrões hegemônicos, com uma supervalorização das políticas educacionais, afastando-se a ideia de uma formação realizada por meio da contribuição de docentes que estão em atuação.

Mediante esse contexto curricular restritivo, porque pautado por uma racionalidade técnica, as políticas educacionais estão sendo (im)postas, desconsiderando-se os atores sociais que fazem o cotidiano das escolas, configuração que abre brechas para que projetos antidemocráticos sejam viabilizados. Macedo e Guerra (2024, p.4) analisam que,

As normativas em ênfase, lastreadas por concepções conservadoras e instrumentalistas, impõem uma cultura curricular pautada no fetiche por organizadores curriculares, tendo como foco a concepção de currículos por competências, toscamente concebidos a partir da apropriação dessa concepção de modelo curricular tomando a BNCC como referência.

Trata-se de uma concepção de formação orientada para a construção de competências, o que impossibilita a construção de um currículo mais democrático, que escute de forma ativa os docentes que fazem parte, cotidianamente, do processo de formação, não só dos educandos, mas também de si mesmos. Portanto, desconsidera-se tanto a concepção de formação que reconhece os saberes das/os professoras/es em processos de atuação-formação, quanto o princípio curricular adotado pelo pesquisador Roberto Sidnei Macêdo, “Currículo é um fenômeno que se realiza no âmago dos seus processos construcionistas” (Macedo, 2013, p.431), ou seja, o currículo é construído no cotidiano, sendo por isso tão relevante ouvir quem participa e cria os contextos curriculares.

A BNC-Formação continuada apresenta características fortemente advindas de um projeto que Curado (2021) denomina de “neoliberal gerencialista”, no qual as competências são consideradas instrumentos importantes na obtenção de resultados “eficientes” para atender as demandas do capital, desconsiderando-se as relevantes contribuições que as/os docentes podem oferecer por meio de suas experiências. Essa visão do/a professor/a como um mero aplicador de conteúdos que as políticas educacionais vêm tentando impor, faz com que os mesmos sejam vistos como sujeitos que não possuem conhecimentos que possam contribuir na construção dos currículos.

A contradição entre a possibilidade do reconhecimento do trabalho docente

devido à sua imprescindibilidade e o controle sobre seu trabalho articulado à interdição da participação deliberativa promove uma imposição de aligeiramento e intensificação de forma a estabelecer uma divisão e atuação técnica do trabalho na hegemonia pedagógica das competências, fazendo com que professores se adaptem aos parâmetros de aferição de produtividade quantitativos e performáticos, incongruentes com a natureza de sua atividade, reduzindo-os/as a executores/as de tarefas, destituindo-os/as do poder nas deliberações sobre as políticas educacionais impostas a regulamentações aplicadas ao mundo do trabalho (Curado, 2021, p. 97)

Acerca deste contexto é importante ressaltar que mediante o cenário atual em que a formação docente vem sendo colocada, a concepção ampliada de docência que a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação- ANFOPE propõe precisa ser reafirmada. Para tanto, faz-se necessário compreender que as/os professoras/es precisam participar ativamente das políticas educacionais que definem o processo de formação continuada destes profissionais.

3 SABERES EXPERIENCIAIS DOCENTES: A BUSCA POR UMA FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA

A partir do contexto em que vem se fortalecendo um projeto neoliberal que visa pautar o processo de formação docente e de currículos por “competências” no âmbito das políticas educacionais; considera-se importante a reflexão acerca de uma concepção de docência que reafirme a relevância das experiências das/os professoras/es como ações curriculares fundamentais para a organização dos currículos, partindo do pressuposto que as experiências que constroem, no cotidiano das escolas, são tão importantes quanto os conhecimentos acessados/construídos nos espaços acadêmicos.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que ações formativas não ocorrem apenas em espaços tidos como “formais”, mas também no cotidiano do trabalho. Corroborando Guerra e Macêdo (2024), reafirma-se que “[...] é no cotidiano das práticas e formulações curriculares-*formacionais* que [as/os professoras/es] são desafiadas/os a produzir currículos”.

A partir da ideia aqui defendida, pela valorização dos *saberes experiencias* dos docentes na formação e construção dos currículos, Tardif (2017, p. 48-49) explicita que estes se configuram como:

[...]o conjunto de saberes atualizados, adquiridos e necessários no âmbito da prática da profissão docente e que não provêm das instituições de formação nem dos currículos. Estes saberes não encontram sistematizados em doutrinas ou teorias. São saberes práticos (e não da prática :eles não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto práticas docente) e formam um conjunto de representações a partir das quais os professores interpretam, compreendem e orientam suas profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões. Eles constituem, por assim dizer, a cultura docente em ação.

Desse modo, são os professores que exercem o trabalho de percepção e criação de suas realidades diante do que encontram, são eles que devem

improvisar ações diante das circunstâncias e situações inesperadas que aparecem no dia a dia, e ainda assim são vistos como apenas “aplicadores de conteúdos” no contexto de políticas de formação uniformizantes, que não oportunizam que suas vozes sejam escutadas. É a partir deste contexto que Macedo e Guerra (2024, p. 11) fazem frente ao que denominam como *políticas antidocência*, propondo à concepção de *docência curricular*, “[...] configurada numa criação em espiral que contempla cotidianamente questões e pautas curriculares intercriticamente edificadas no âmago do trabalho docente”.

Dessa forma, podemos considerar que as práticas realizadas por professores e professoras são, por si só, *ações curriculares*, já que os mesmos criam cotidianamente seus próprios currículos quando enfrentam demandas que vão se apresentando ao ambiente escolar, demandas estas que alteram currículos estabelecidos pelas políticas educacionais, já que as mesmas geralmente não são construídas de acordo com as realidades do trabalho docente.

4 A RELEVÂNCIA DO REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA

Acerca das circunstâncias discutidas no presente trabalho, apresentamos aqui o Referencial Curricular Franciscano, documento construído no município de São Francisco do Conde/ Bahia, o qual possui características de construção democrática, pois além de ter sido desenvolvido pelos atores sociais que fazem parte da educação do município, é um documento que visa valorizar os aspectos culturais da cidade, propondo questões que se distanciam do padrão hegemônico curricular que estamos acostumados a encontrar nas redes de ensino. Portanto consideramos o presente Referencial como um material importante, sobretudo pela valorização dos saberes de professoras e professores na e para construção dos currículos.

Os caminhos inéditos percorridos pela rede municipal de educação na construção do referencial curricular franciscano trouxeram estudantes, professores, psicopedagogos, coordenadores, gestores e segmentos da sociedade para a ordem do dia, para o centro das discussões como importantes atores na definição do que costumamos chamar de a ‘alma da educação’. O mosaico sócio-geográfico que caracteriza esses atores, por si só, deu riqueza à esta construção, bem como auxiliou de forma qualificada no cumprimento dos propósitos desta iniciativa: contribuir para que São Francisco do Conde reencontre sua histórica vocação. (São Francisco do Conde, 2019-2020, p.14-15).

São Francisco do Conde está localizado no Recôncavo Baiano e fica a 67km da capital baiana, Salvador; Trata-se de um município que detém um contexto histórico-colonial bastante significativo, já que foi uma região marcada por engenhos e lutas importantes diante do cenário da colonização. Enxergamos a construção coletiva de seu Referencial Curricular como um ato de resistência à prática de se fazer currículo com os atores sociais envolvidos no processo da

educação, contribuindo para uma formação docente mais democrática quando apresenta a ideia de “pensarfazer-currículo-com-o-outro” (Macedo, 2013, p. 434), e não sem o outro, como geralmente é (im)posto pelas políticas educacionais.

Enfatizar a importância da construção de Referenciais Curriculares como este, é fundamental à luta por uma formação docente que ofereça espaço para a participação significativa de professoras/es na construção dos currículos. O Referencial Curricular Franciscano apresenta-se como um documento que vai de encontro ao movimento caracterizado pela ideia da produtividade e eficiência, pois faz enfrentamento a BNC-Formação Continuada ao assumir uma proposta curricular que busca valorizar os saberes experienciais dos atores sociais que atuam no cotidiano das escolas e, inserir nos documentos, estes saberes que são relevantes na construção de um processo formativo mais democrático. Joane dos Santos e Clotildes Cazé descrevem o movimento de construção curricular do município de São Francisco do Conde/BA em sua dimensão de construção:

Em 2019, a Secretaria Municipal de Educação de São Francisco do Conde iniciou as ações de construção do Referencial Curricular Franciscano/RCF com os “Diálogos Pedagógicos” - escuta dos professores por área de conhecimento e componente curricular. Esse momento proporcionou uma troca de saberes e reflexões sobre epistemologias curriculares, com o tema “Currículo: tecendo saberes e fazeres da/na Educação”. [...] Na construção do RCF optou-se por uma perspectiva democrática e plural, demarcada pela implicação dos sujeitos da prática em sala de aula, visto que entendemos currículo como um espaço que considera a realidade do município e que atenda às suas questões históricas, econômicas e socioculturais, além de compreender os estudantes como protagonistas: atores e escritores das suas histórias e realidades (Santos; Cazé, 2022, p.1-2).

É possível perceber que o processo de construção deste Referencial teve a participação fortemente marcada das/os docentes, reafirmando-se a importância de desenvolver práticas de resistência mesmo com políticas educacionais que se pretendem conservadoras e instrumentalistas. Nessa direção, reafirma-se corroborando Macedo (2016, p.18) que assim como a formação,

o currículo se configura num claro espaço de identificações, de lutas e de disputas, que requer conversações curriculantes intensas e complexas em níveis da valoração do que seria um currículo de possibilidades formativas, dado que o formativo implica em (in)tensa valoração e em conquistas por qualificação.

Nesse contexto, em que as políticas de formação docente, vem investindo na desvalorização do trabalho de professoras e professores, temos o Referencial Curricular Franciscano como documento que possibilita um outro horizonte ,apresentando-se como dispositivo encorajador, por expressar em seu movimento conceitual, uma resistência/enfrentamento às políticas que visam a padronização e homogeneização dos currículos, quer da formação docente ou da educação básica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito do que refletimos neste trabalho é possível afirmar que se faz

necessário novas práticas de formação continuada docente, como forma de resistir às ações (im)postas por políticas educacionais que cada vez mais vem colocando os professores e professoras em posições de inferioridade, quando falamos em organização curricular e formação.

Reafirma-se que é fundamental que esses profissionais sejam vistos como atores e atrizes culturais de extrema importância, para que seja possível a construção de uma educação e uma sociedade mais democrática. Neste sentido se faz relevante a reflexão acerca deste contexto, pois problematizar estas questões possibilita a visibilidade da presente temática.

A importância da valorização dos saberes experiências docentes na construção de currículos *formacionais* integra-se ao processo de construção de uma sociedade mais justa, afastando a ideia da cultura hegemônica, a fim de visibilizar saberes dos sujeitos sociais que realmente participam da construção e desenvolvimento dos seus ambientes de trabalho. Evidenciar o Referencial Curricular da cidade de São Francisco do Conde como exemplaridade de um projeto de luta contra padrões hegemônicos bem pode contribuir para enxergarmos a esperança que ainda existe em promover uma formação multirreferenciada, valorizando saberes constituídos em/por experiências de professoras e professores que vêm a educação como ato de humanização.

Palavras-chave: currículo; formação continuada de professores; políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE-CP, nº 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3348/resolucao-cne-cp-n-1>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CNE. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE-CP, nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CNE-CEB-002-2019-12-20.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CURADO, Kátia. **Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a educação básica.** Revista Práxis Educacional, Vitória da conquista, v. 17, n.46, p. 89-104, jul./set. 2021.

MACEDO, Roberto; GUERRA Denise. **Políticas antidocência e a Docência curricular como reexistência formacional.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v.

22, p. 1-24, 2024.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A teoria etnoconstitutiva de currículo: teoria-ação e sistema curricular formacional.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MACEDO, Roberto S. Atos de Currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. UFBA, 2013.

SANTOS; Joane; CAZÉ, Clotildes. Saberes corporais em movimento: a dança no Referencial Curricular Franciscano. **XII seminário Nacional de Formação de Professores**; ANFOPE-2022.

SÃO FRANCISCO DO CONDE. **Referencial Curricular Franciscano** Secretaria de Educação de São Francisco do Conde, SEDUC, 2019-2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Ed. Vozes. Petrópolis, RJ:vozes, 2014.